

Resenha

## Redefinições das Fronteiras entre o Público e o Privado: implicações para a democratização da Educação

### Redefinitions of the Boundaries between Public and Private: implications for the democratization of Education.

Jonas Tarcísio Reis<sup>1</sup>

Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre (RME/POA)  
Centro Universitário Metodista (IPA)  
jotaonas@yahoo.com.br

PERONI, Vera Maria Vidal; LIMA, Paula Valim de; KADER, Carolina Rosa (Orgs.). **Redefinições das Fronteiras entre o Público e o Privado: implicações para a democratização da Educação**. São Leopoldo: Editora Oikos, 2018. ISBN: 978-85-7843-788-6

O livro “Redefinições das Fronteiras entre o Público e o Privado: implicações para a democratização da Educação”, organizado por Vera Maria Vidal Peroni, Paula Valim de Lima e Carolina Rosa Kader, publicado pela Editora Oikos, em 2018, elucida as trajetórias de privatização da educação, com duração e etapas diversas, e analisa políticas distintas que mobilizam atores, estratégias plurais e a influência de agências internacionais na intervenção da criação de novos espaços de atuação para operadores privados no campo da Educação na América Latina. As análises do livro ajudam a compreender a pluralidade de atores, políticas, estratégias, domínios e processos sócio-históricos no âmbito da mercantilização e

---

<sup>1</sup>Doutor em Educação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). Professor da Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre. Membro do Grupo de Pesquisa “Educação e Inclusão” do Centro Universitário Metodista (IPA).

privatização da Educação. Constitui obra de importante relevância científica, social e política, no que tange a compreender as relações entre o público e o privado na arena de disputa de projetos sociais na contemporaneidade.

A produção é fruto das palestras apresentadas no “1º Seminário Nacional Redefinições das Fronteiras entre o Público e o Privado: implicações para a democratização da educação”, realizado em dezembro de 2017, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre.

O livro está dividido em dois blocos. No primeiro bloco é apresentado um conjunto de textos acerca do panorama político, econômico e social na Argentina, Bolívia, Uruguai, Venezuela e Chile com foco na relação entre o público e o privado, no que tange à organização da educação, suas políticas e investimentos inerentes. O segundo bloco apresenta um conjunto de pesquisas do grupo de pesquisa “Relação entre Público e Privado na educação” (GPRPPE/UFRGS), coordenado pela professora doutora Vera Maria Vidal Peroni. Esse segundo coletivo de textos analisa as diferentes parcerias firmadas entre público e privado nas diferentes etapas e modalidades da educação brasileira.

Esta obra ajuda a pensar a realidade latino-americana no que tange às relações entre público e privado no âmbito da educação. Trata-se de um livro imprescindível para aqueles que debatem e buscam reflexionar sobre as imbricações entre os sujeitos individuais e coletivos que disputam na privatização e mercantilização da educação no presente momento histórico em que prepondera o Capitalismo, sistema que avança sobre o campo educacional de uma forma jamais vista antes.

A seguir, discorreremos sobre o que encontramos na primeira parte do livro acerca das imbricações entre o público e privado em algumas nações latino-americanas.

O primeiro capítulo, “La persistente mercantilización educativa y el agotamiento del progresismo en América Latina. Lecciones del caso chileno”, Victor Orellana denuncia a instalação de um padrão de acumulação rentista no âmbito da educação chilena. Delata o neoliberalismo como mercantilização total da vida humana. Afirma que a mercantilização da educação não traz nem mais liberdade, nem igualdade, nem eficiência (qualidade), conforme apregoa o discurso neoliberal. O texto anuncia que, para enfrentar o avanço do conservadorismo na educação, é preciso plantar processos de resistência construtiva, que saiam do campo da mediação social e transbordem, de fato, as relações educativas com democracia, politizando os cidadãos. Isto em todas as escalas: no Estado, nas ruas, nas escolas, nas universidades, mostrando que a educação pública está mais no futuro do que no passado visando, assim, “derrotar o neoliberalismo não só com pessoas nas ruas, mas também no sentido social, político e intelectual”. (ORELLANA, 2018, p. 26, tradução nossa).

No capítulo segundo, “Fronteras porosas entre la educación pública y la privada en Uruguay”, María Ester Mancebo relata que durante os governos da Frente Ampla, o Uruguai conseguiu ampliar sobremaneira o atendimento educacional no âmbito da Educação Infantil. Contudo, na educação de nível médio e superior, os índices tiveram pouca ampliação, apesar de o país ter empreendido um largo esforço que resultou na diminuição da taxa da desigualdade, da pobreza e na ampliação do PIB. A autora afere que a origem socioeconômica do alunado influencia o insucesso no que tange à democratização da educação

no Uruguai. Aponta também que a matrícula global pública saiu de 85,7%, em 2004, para 77,6%, em 2014. Isso representou uma ampliação do setor privado. Mesmo crescendo as matrículas no nível universitário, desde o último período de 1984 até o presente, as universidades privadas guardam hoje apenas um quinto das matrículas de ensino superior no Uruguai. Conclui afirmando que, apesar do surgimento de organizações não-governamentais para provisão do serviço educativo e a promoção da atividade filantrópica para financiar programas educativos, a quantidade de matrículas públicas permanece estável, ampliando o acesso com matrículas privadas, mesmo durante o governo de esquerda de 2004 até o presente.

No terceiro texto, “Privatización de la educación: el caso argentino”, Susana Vior destaca o processo de ampliação do setor privado no âmbito da educação argentina. Analisa os embates sobre os rumos da educação nacional, principalmente acerca do estabelecimento e ampliação do financiamento público do setor privado, trazido na lei federal da educação de 1991, na onda política latino-americana que instalou o neoliberalismo. A autora ressalta que “o estado garantiu, mediante novas regulações, condições de financiamento que asseguraram a “rentabilidade” e uma certa “qualidade” do setor privado subsidiado, e reforçou a segmentação do sistema educativo segundo as condições socioeconômicas dos alunos.” (VIOR, 2018, p. 58, tradução nossa).

O quarto ensaio, “La educación venezolana en el contexto de desarrollo de las tensiones entre lo público y lo privado”, Samuel Carvajal Ruíz e Paulina Villasmil Socorro apresentam os embates entre público e privado na educação da Venezuela desde o século XIX, onde diversas congregações católicas disputavam os rumos da educação junto ao Estado. Nas décadas de 1980 e 90, a igreja disputa bastante e consegue a ampliação do setor privado e a consequente tercerização do público. Contudo, no governo iniciado em 1999 por Hugo Chávez, as tentativas de fortalecimento do público não foram enfrentadas com tranquilidade pelo privado. Pelo contrário, o privado agiu com força para permanecer onde estava e não deixar o governo bolivariano avançar na democratização da educação. O texto cita as principais medidas de mudança no campo da educação do governo bolivariano, como o programa de cooperação Venezuela/Cuba, denominado “Las misiones educativas”.

No capítulo quinto, “Una aproximación a la reforma educacional del Estado Plurinacional de Bolivia: descripción y análisis inicial sobre la formación de docentes”, Jaqueline Villafuerte Bittencourt e María Luz Pérez destacam que a promulgação da Lei Educativa Avelino Sinani-Elizardo Pérez, em dezembro de 2010, estabelece parâmetros nacionais para a formação de professores, que, após 5 anos de estudos, ingressam automaticamente no Magistério Público da Bolívia. Uma das inovações é o ensino trilingue, onde todos os professores precisam desenvolver a capacidade de se comunicar em espanhol, em uma língua originária e em uma língua estrangeira. O texto ressalta a potência do fortalecimento do público na organização e regulação da formação de professores na nação, num processo denominado PROFOCOM, com o objetivo de concretizar uma prática pedagógica, articulando o social, o comunitário e o produtivo desde uma nova perspectiva descolonizadora a partir de 2013.

Na segunda parte do livro temos textos sobre as relações entre o público e o privado no cenário educacional brasileiro.

No capítulo sexto, intitulado “Implicações da relação público-privada para democratização da educação”, Vera Maria Vidal Peroni discorre sobre os embates entre o Estado e a sociedade civil no que tange às políticas educacionais. Para isso, comenta as estratégias que o capitalismo utiliza para superação das suas periódicas crises com o advento do neoliberalismo, da globalização, da reestruturação produtiva e da terceira via que, segundo a autora, acabam por redefinir o papel do Estado, principalmente em relação às políticas sociais e sua consequente transformação em produtos para livre venda no mercado. Peroni afirma que:

Se por um lado o Brasil avançou na materialização de direitos em políticas, por outro lado avançou também no processo de privatização do público, tanto através da execução quanto da direção das políticas educacionais. O Brasil não tem um histórico democrático, e a privatização do público é uma realidade "naturalizada" em nossa cultura”. (PERONI, 2018, p. 101).

A autora conclui ressaltando a importância de entender a democracia como igualdade social materializada em políticas públicas.

No texto sete, “Os desafios para a consolidação do estado social e de direito brasileiro e as consequências para a gestão democrática da educação”, Daniela de Oliveira Pires destaca o avanço do neoliberalismo e da terceira via no que tange à mercantilização e privatização da educação, passando a execução do serviço educacional público à iniciativa privada, identificando retrocessos, avanços, limites e possibilidades no que tange ao processo de redemocratização do estado e da oferta da educação brasileira. Destaca que a gestão democrática acaba se tornando um empecilho para adoção da relação público-privada na busca por resultados mais eficientes, uma vez que o controle da educação passa a ser coletivo, por meio da gestão democrática, e não mais individual, certificativo, punitivo e premiador. Os pacotes prontos advindos do setor privado acabam originando a competição entre os alunos, a premiação pelo desempenho das instituições, a ênfase nos resultados e a consequente diminuição da gestão democrática e da autonomia dos professores. Encerra ressaltando que "enquanto não vencemos a lógica histórica de apropriação dos espaços de decisão pública por setores privados hegemônicos, a democratização da escola e dos processos educacionais não conseguirá se consolidar". (PIRES, 2018, p. 113).

No capítulo oitavo, intitulado “Relações do movimento empresarial na política educacional brasileira: a naturalização da associação público-privada”, Liane Maria Bernardi, Lúcia Hugo Ucsak e Alexandre José Rossi aferem que o setor privado mercantil começa a se organizar mais fortemente a partir de 1990, sob a influência da Conferência Mundial de Jomtien. No Brasil mais recente, o fortalecimento do “Todos pela Educação” (TPE), convocado em 2006 pelo Itaú Unibanco, organiza a classe empresarial para influenciar os governos e controlar as redes públicas de ensino através da venda de pacotes educacionais e da organização das políticas públicas educacionais, objetivando a competição, o lucro e a

eficiência, que são marcas do setor empresarial. Os autores destacam que o TPE assume para si a melhoria da qualidade da educação – que era a bandeira de luta dos movimentos sociais pela democratização da educação – e a utiliza gradativamente para materializar a venda de produtos ao Estado e, conseqüentemente, a mercadização da educação pública via parcerias público-privadas. Segundo os autores, o TPE vem atuando também no movimento pela BNCC, criado em 2013. Revelam que é um movimento de classe, que defende um projeto específico de nação ligado, majoritariamente, aos valores de mercado.

Em “Influências neoconservadoras na educação pública: sujeitos em relação”, Paula Valim de Lima debate a emergência dos movimentos Escola Sem Partido e Movimento Brasil Livre (MBL) na interferência dos processos educacionais nacionais. Ressalta o objetivo desses grupos em censurar as práticas educativas. Menciona as ações do conservadorismo desde o veto ao material “Escola sem Homofobia”, que foi intitulado como “kit gay” em 2011 pelas bancadas de deputados conservadores, e o corte das questões de gênero e sexualidade do Plano Nacional de Educação 2014-2024, Lei 13.005, de 2014, principalmente pelos grupos que combatiam o que eles denominaram de “ideologia de gênero”. A autora frisa que o MBL está vinculado ao movimento Estudantes pela Liberdade, criado em 2012 no Brasil que, por sua vez, se vincula aos Students for Liberty, uma organização estudantil internacional, fundado em 2008, presente em mais de 40 países ligados e financiados pela Atlas Network, que é uma rede de fundações de direita liberal, sediada nos Estados Unidos. A professora denuncia que o MBL, no seu primeiro congresso, realizado em 2017, estabeleceu como diretriz a apresentação de projetos de lei, em âmbito estadual e municipal, para combater a doutrinação ideológica e a “ideologia de gênero” encampadas pelo movimento Escola Sem Partido.

No capítulo dez, “Parcerias entre o público e o privado na gestão da Educação Básica pública brasileira: Arranjos de Desenvolvimento da Educação (ADEs)”, Elma Julia Gonçalves de Carvalho discute os ADEs enquanto uma nova perspectiva de administração pública, de coordenação e cooperação intergovernamental que institui novas parcerias público-privadas entre institutos e fundações ligados a empresas privadas e organizações diversas, objetivando a melhoria da qualidade da Educação Básica brasileira. A pesquisadora foca o arranjo da associação de municípios da Grande Florianópolis – GRANFPOLIS, estabelecido em parceria com o Instituto Positivo, de 2015 a 2017. Revela que o Instituto Positivo, na GRANFPOLIS, acaba por dar as cartas e estabelecer as metas de como e por que a educação dos municípios deste grupo podem avançar no direito à educação. Preponderam, nesse sentido, os valores de mercado para além do discurso da promoção, indução da ação de colaboração e cooperação entre os sistemas e os entes federativos que o compõem. A autora ressalta que, através das ADEs, o setor empresarial objetiva novas oportunidades de negócios, ampliando possibilidades para obter vantagens competitivas na expansão e no controle do mercado educacional (CARVALHO, 2018, p. 145).

“O protagonismo do setor privado na reforma do ensino médio no Brasil: o Instituto Unibanco e suas relações” é o décimo primeiro texto e traz o debate de Maria Raquel Caetano, sobre o Novo Ensino Médio (NEM), instituído através de medida provisória que se transformou na Lei 13.415, de 2017, e

alterou a LDB de 1996, estabelecendo um currículo de Ensino Médio flexível com itinerários formativos, baseado na BNCC. A autora cita que o NEM é fruto das disputas entre o público e o privado pela direção e pelo conteúdo da educação pública brasileira. Lembra ainda que o projeto de lei 6.840, de 2013, previa mudanças nesse sentido e vinha pela mão da iniciativa privada, protocolado por parlamentar de inclinação neoliberal. A professora menciona a atuação do Instituto Unibanco e o seu protagonismo como instituição privada, disputando o direcionamento e o conteúdo do Ensino Médio público brasileiro, principalmente através do projeto Jovem de Futuro que se instalou a partir de 2008 nas redes públicas estaduais, em 2009 como tecnologia educacional do MEC e, em 2011, passou a integrar o Programa Ensino Médio Inovador (PROEMI), do MEC. Por fim, alerta que o setor privado vem, cada vez mais, direcionando a política de Ensino Médio sobre bases gerencialistas, padronizando programas e conteúdos, controlando as ações das comunidades escolares, objetivando resultados e avaliações em larga escala e condenando o Ensino Médio ao cerceamento do currículo através do NEM.

No capítulo doze, “A relação público-privada: a promessa "salvacionista" do Instituto Ayrton Senna (IAS) para educação brasileira”, a pesquisadora Luciani Paz Comerlato relata como no cenário de aprofundamento do poder do privado sobre o público o IAS passa a vender uma promessa “salvacionista” para a educação pública oferecendo a garantia da aprendizagem enquanto mercadoria, um produto disponível para que os clientes (governos municipais, estaduais e federal) possam adquirir. A autora adverte que o IAS relativiza a valorização e a remuneração dos profissionais de educação ao fazer sobressair o debate da qualidade a partir da execução de ações e metas estabelecidas pela sua gestão nas parcerias que estabelecem com mais de 600 municípios, em 17 estados, atingindo mais de 70 mil profissionais da educação e quase 2 milhões de alunos no ano de 2015, por exemplo. A escritora ressalta que o IAS alicerça essas propostas na centralização, abstração e tecnicismo, ignorando as condições dos sujeitos da educação, desconsiderando a sua forma de viver, representar, pensar, criar, criticar e transformar, ao reduzi-los a sujeitos meramente executores de tarefas, replicadores de propostas, impondo-lhes um processo de coisificação das suas relações sociais.

No texto treze, “O público e o privado na educação profissional brasileira: o caso do Pronatec”, Romir de Oliveira Rodrigues analisa pormenorizadamente o Pronatec como um programa que objetivou desenvolver a formação profissional no Brasil durante o governo Dilma. O autor registra que, no desenvolvimento desse programa, o Sistema S, ligado ao setor privado, foi considerado detentor da expertise necessária para desenvolver a formação técnica dos trabalhadores em nosso país, seguindo a lógica de décadas em que a educação profissional, seus métodos e conteúdos têm estado, majoritariamente, na mão do setor privado, que orienta a formação profissional segundo a lógica e a necessidade do mercado de trabalho. O professor destaca que, de 2011 a 2014, 78% dos 10,2 bilhões de reais investidos no Pronatec foi no setor privado, no Sistema S. Segundo ele, o Pronatec financiou agentes privados no processo de qualificação e incorporação de populações historicamente excluídas do acesso à educação profissional e tecnológica.

No último capítulo, denominado “A educação infantil: coisas da Infância no Brasil”, Maria Otilia Kroeff Susin e Monique Robain Montano escrevem que, apesar do avanço com a Emenda Constitucional Nº 59, de 2009, estabelecendo a obrigatoriedade da educação dos 4 aos 17 anos e da política de financiamento estabelecida pelo FUNDEB, o artigo 8º dessa lei acaba permitindo a destinação dos recursos desse fundo também a instituições comunitárias, confessionais e filantrópicas sem fins lucrativos e conveniadas com o poder público, o que abre um amplo espaço para o setor privado ocupar no que se refere ao oferecimento da Educação Infantil na sociedade brasileira. O trabalho historiciza que, tanto o Plano Nacional de Educação 2001-2011 quanto o de 2014-2024 não conseguiram efetivar as metas e os objetivos no que tange à ampliação do número de alunos atendidos na Educação Infantil. Citam ainda, como exemplo, o Decreto 19.775, de 27 de junho de 2017, emitido pelo Município de Porto Alegre, no governo de Marquês, do PSDB, que trata do oferecimento de Educação Infantil nos maternais e berçários, acaba dispensando até 2020 a formação profissional adequada aos educadores e desrespeitando a LDB de 1996, que estabelece como formação mínima a Pedagogia e/ou o magistério na modalidade normal (SUSIN; MONTANO, 2018, p. 197). Finalizam dizendo que a expansão das parcerias público-privadas no âmbito do oferecimento de vagas para garantia da Educação Infantil conta com a ausência de controle social e, muitas vezes, o afastamento do Estado no acompanhamento do trabalho dessas instituições.

Pela riqueza de seu conteúdo, o livro é uma leitura imprescindível para todos que debatem e buscam entender como o setor privado e os seus valores têm, periodicamente, adentrado os espaços públicos e se enraizado na educação brasileira. De igual forma, nos permiter um Raio-X dos embates entre o público e o privado na consecução da educação em alguns países da América Latina como Argentina, Bolívia, Venezuela, Uruguai e Chile. Percebemos, na leitura da coletânea, que o avanço do Capital no campo do direito social à educação acontece de forma semelhante em tempos históricos iguais nas diferentes nações latino-americanas, que foram temáticas dos capítulos.

A obra sinaliza que o principal embate a ser travado no sentido da reafirmação do público aponta para a reorganização da classe trabalhadora na disputa dos rumos e das conformações das políticas governamentais, desde o âmbito micro da implementação e ressignificação das políticas nos espaços escolares até a atuação nos conselhos de educação, nos ministérios e nas secretarias de educação estaduais e municipais das diferentes nações que foram foco dos estudos relatados.

*Recebido em: 22/08/2019*

*Aceito em: 04/05/2020*